

# NO RESCALDO DA GREVE ESTUDANTIL

África  
24/5/89

SIGAWULE MUYENDZI

**A** forma alrosa (assim lhe chamou um jornalista moçambicano) como o Partido e o Estado resolveram a greve estudantil universitária de 10 e 11 deste mês, parece ter sido ensombreada pelo Comunicado das Forças de Defesa e Segurança (FDS), do dia 10, à noite. Observadores perguntam-se sobre o que terá sucedido se o comunicado tivesse vindo a público umas horas apenas mais cedo, quando ainda a Comissão, reunida em Assembleia Magna com dois mil estudantes, se via e desejava para convencer os seus colegas a regressar às aulas!

Na verdade, aquele comunicado, usando de um tom severo e mesmo ameaçador, acabou por irritar todos. Até as Forças Armadas (FAM) parece terem sido apanhadas de surpresa e afirmam-se mesmo que nada tiveram a ver com a elaboração do texto, sendo este atribuído à iniciativa pessoal de apenas alguns elementos menos tolerantes, da cúpula do regime. Conta-se ainda que, em recepções imediatamente posteriores aos acontecimentos, altas personalidades do Governo e do Par-

tido falavam como se a hipótese de repressão não desse ser posta de lado, em especial para os líderes da greve. Atribui-se, em parte, esta posição de desconfiança em relação aos membros da Comissão Coordenadora dos estudantes, ao facto de nela se incluírem elementos da zona centro do país, de reconhecida influência da Renamo, pelo menos nas suas origens. Um dos elementos da Comissão, constituída por 26 estudantes, é filho de Uria Simango, também ele um originário daquela região e famoso por ter sido considerado traidor na altura em que se preparava para suceder a Eduardo Mondlane na chefia da Frelimo.

Ao que tudo indica, foi o Presidente Chissano quem interveio para impedir que medidas duras fossem tomadas contra os estudantes durante a greve. No entanto os jornais moçambicanos denunciaram agências estrangeiras de Informação que pretendiam ter visto intervenção da policia que, de facto, não existiu.

Seja como for, que a greve levantou alguns fantasmas parece indiscutível. Foi, por exemplo, pa-



tente a dificuldade que a Informação local teve para fazer a abordagem dos acontecimentos, acabando por esses receios se terem transformado em objecto de crítica e até de... autocritica. Assim, foi curioso ver o Chefe de Redacção do Notícias a tirar lições do que aconteceu, criticando o seu próprio jornal (mas sem referir) por ter permitido uma pausa momentânea nas reportagens sobre a greve. Para quem estranha o facto de um Chefe de Redacção censurar um

vazio que é, em qualquer jornal, da sua inteira responsabilidade, necessário se torna notar que ainda há pouco tempo, em reunião de balanço sobre a Informação moçambicana, os jornalistas se queixavam de que a agenda diária nos seus jornais era definida (e sobrecarregada) por solicitações oficiais e estranhas ao jornal...

Mas, se a reacção da imprensa foi lenta e apagada (o próprio Partido criticou a forma pouco analítica como ela tratou

os acontecimentos), em compensação, outros reagiram com bastante mais vigor. Foi o caso do Secretariado do Comité da Cidade de Maputo, que publicou uma Moção de apoio aos comunicados oficiais já conhecidos. O tom desta Moção destacava-se mais pela adesão ao comunicado das FDS na condenação dos métodos utilizados e saudava os estudantes por terem, em devido tempo, sabido rever as suas posições e acatar (sic) as orientações do Partido e do Estado. E terminava por lembrar que os estudantes constituem uma camada social bastante vulnerável à acção inimiga, insinuação que justificava um apelo à população no sentido de um acompanhamento dos estudantes de todos os níveis...

Na clássica continuidade de moções deste tipo, a II Conferência do Comité Distrital do Distrito Urbano n.º 2, da Cidade de Maputo, emitiu também uma Moção condenando os métodos dos estudantes, em especial numa altura em que o país está em guerra e as dificuldades são cada vez maiores devido à acção dos bandalhos armados.

Os estudantes, talvez estupefactos pelas repercussões inesperadas às suas genuínas e reais reivindicações, tomaram conhecimento destas posições ao mesmo tempo que o Diário de Moçambique do dia 13, (o Notícias mais uma vez foi ultrapassado) noticiava uma greve de meio dia dos estudantes do Insti-

tuto Industrial e Comercial contra o novo Regulamento de Avaliações.

Coube então à Comissão Coordenadora responder, na terça-feira, dia 16, em Comunicado que prima pelo equilíbrio entre a cautela e a coragem. Nele se constatava com agrado, que os problemas por nós colocados estão sendo resolvidos a bom ritmo. Sublinhando ainda que em nenhuma altura foi feito uso de intimidação ou de qualquer forma de repressão, na boa tradição democrática existente no país, o comunicado louvava o Partido e o Governo pelas medidas já tomadas.

No entanto, os estudantes renovavam as suas críticas aos desleixos, aos desvios e à desorganização, recordando as suas críticas mais uma vez que as reivindicações se circunscreveram àquilo que nos parecia legítimo porque disponível. E acrescentavam: não exigimos privilégios nem tratamentos especiais.

Rejeitando a ideia de que são vulneráveis à acção do inimigo, respondiam que os inimigos do nosso povo é que são vulneráveis às nossas acções. E, já lançados na resposta aberta às Moções e não só, a Comissão recusou as acusações de imaturidade ou de falta de patriotismo. Na verdade, proclamavam, falta de patriotismo seria deixar andar... defender o princípio do salve-se quem puder... olhar com indiferença a pátria agredida, o povo massacrado...

Não patriótico seria ainda, segundo os estudantes, enriquecer à custa da miséria dos outros. Antipatriotismo é suportar uma vida de luxo quando milhares morrem de fome... é trair o sangue dos que tombaram para que o país fosse livre, independente e respeitado em todo o mundo.

À hora a que fechamos esta página não nos foi possível ainda obter informações sobre como decorreu a Assembleia de estudantes, convocada para análise dos resultados verificados em resposta às suas reivindicações. Tudo indica no entanto que nada de anormal irá acontecer.